

Termo de Consentimento e conformidade a LGPD

Este Documento visa, diante os procedimentos de cadastro e inscrição online no Processo de Recrutamento e Seleção do Senac DR PB, registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Dados Pessoais (LGPD).

Ao concordar com o presente termo, o Titular consente e concorda que o Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial da Paraíba, inscrito no CNPJ **03609783- 0001-01**, localizado no endereço: Rua Des. Souto Maior - 2º Andar, 291 - CEP: 58013-190 - Centro - João Pessoa, PB, doravante denominado Controlador, tome decisões referente ao tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que referem a coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Dados Pessoais

O Controlador fica autorizado a tomar decisões referentes ao tratamento e ao realizar o tratamento dos seguintes dados pessoais do Titular:

- Nome Completo;
- E-mail;
- CPF;
- RG;

Finalidade do Tratamento dos Dados

O tratamento dos dados pessoais listados nesse termo tem as seguintes finalidades:

Possibilitar que o Controlador identifique e entre em contato com o Titular para fins de relacionamento comercial e profissional;

Possibilitar que o Controlador estruture, teste, promova e faça divulgação de produtos e serviços, personalizados ou não ao perfil do Titular e;

Possibilitar que o Controlador divulgue referidas informações em seus sites e portais de divulgação, incluindo, mas não se limitando, no endereço <https://www.pb.senac.br>

Compartilhamento de Dados

O Controlador fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular como outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709.

Segurança dos Dados

O Controlador responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709, o Controlador comunicará ao Titular e à autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do Tratamento dos Dados

O Controlador poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades neste termo. Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidas por período indefinido.

O Titular poderá solicitar via e-mail ou correspondência ao Controlador, a qualquer momento, que sejam eliminados ou dados pessoais não anonimizados do Titular. O Titular fica ciente de que poderá ser inviável ao Controlador continuar o fornecimento de produtos ou serviços ao Titular a partir da eliminação dos dados pessoais. **Direitos do Titular**

O Titular tem direito de obter do Controlador, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição: I – Confirmação da existência do tratamento; II – acesso aos dados; III – correção dos dados incompletos, inexatos ou desatualizados; IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados de desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709; V – portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; VI – eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709; VII – informação das entidades públicas e privadas como as quais o Controlador realizou uso compartilhado; VIII – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; IX – revogação do consentimento, nos termos § 5º do art. 8º da lei nº 13.709.

Direito e Revogação do Consentimento

Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

DECLARO, para todos os fins de direito, que estou ciente do fornecimento dos meus dados diante do processo de cadastro e inscrição, tendo em vista a minha participação no Processo de Recrutamento e Seleção do Senac DR PB, sendo meus dados, arquivados junto aos servidores do Departamento Regional do Senac PB.